

TESTEMUNHO DE BOAS PRÁTICAS SINDICAIS

Francisco Gérson Marques de Lima

Doutor em Direito, Professor da Universidade Federal do Ceará, Tutor do GRUPE, Procurador Regional do Trabalho (MPT/CONALIS-CE)

1. SITUAMENTO:

Reputo o Direito Sindical uma das Disciplinas ou conteúdos tidos como mais chatos das Faculdades de Direito. Ministrados com superficialidade, normalmente por professores sem vivência na matéria e que apresentam pouca ou nenhuma simpatia pela atividade sindical, não atraem os alunos. Acredito que a grande maioria dos acadêmicos também pensam assim. Falta a formação de uma *consciência social* nos meandros do tortuoso caminho jurídico, marcado pelo dogmatismo e pelo legalismo. E os alunos saem das Faculdades com uma clara incompreensão do tema, senão por uma aversão ou, ainda, pela convicção de que o movimento sindical é um antro de desocupados, de corruptos, de pessoas que se enriquecem às custas dos trabalhadores etc. Aos sindicatos combativos, fica a imagem de que são integrados por arruaceiros radicais, criminosos que não respeitam os direitos dos outros, oportunistas que atropelam os direitos da sociedade.

São os alunos, formados (senão, Pós-Graduados) sob este manto, que vão exercer cargos públicos, como a magistratura, o Ministério Público, a representação de entidades públicas. Outros, optam por advogar e chegam aos fóruns sem convicção de sua função social, pesarosos de que defender o sindicato contratante é muito parecido com a defesa das organizações criminosas. Poucos são os profissionais do Direito que adquirem, em sua formação acadêmica, uma visão diferente desta.

Entre no Judiciário como Oficial de Justiça (na metade da década de 1980), cargo no qual passei 05 anos, em Fortaleza-CE. Depois, resolvi arriscar a dura vida de advogado. Não resisti muito tempo, porque não tinha nenhuma estrutura, nenhum sócio, nenhum contrato fixo, era iniciante; então, submeti-me a concurso público e assumi a magistratura do Trabalho, em Recife-PE. Não me senti realizado, naquele momento, com as funções

de magistrado. Fiz novo concurso e entrei no Ministério Público do Trabalho, onde estou desde 1993. Neste íterim, fiz Mestrado e Doutorado em Direito Constitucional, publiquei quase 20 livros e acompanhei grandes mudanças no MPT. Na verdade, minha trajetória jurídica me mostrou muita coisa, de bom e de ruim.

No Ceará, em 2009, quando exercia a Chefia da PRT-7ª Região, veio-me o *insight* (estalo do intelecto) de aproximar-me e conhecer melhor o movimento sindical. Foi ali, em conversa com os sindicalistas, que achei melhor criar uma Coordenadoria específica para tratar dos temas sindicais, aí incluídos os conflitos coletivos e a negociação coletiva. A ideia já vinha amadurecendo desde 2008. O colegiado da PRT-7ª Região me autorizou à criação da nova coordenadoria local. Pouco tempo depois, a Procuradoria-Geral do Trabalho (Portaria do Dr. Otavio Brito Lopes) instituiu a *CONALIS-*

Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical, nomeando como primeiro coordenador o Dr. Ricardo Macedo Britto, a quem tive a satisfação de suceder à frente da pasta em 2013, por ato do PGT Dr. Luís



Procurador Gérson Marques reunido com sindicalistas cearenses: (a) em pé: Diego, Clovis Renato (adv), Gérson Marques (PRT-7), Salgado (Sindicace), Agenor (UGT), Valdir Pereira (Conlutas); Carlos (Sindpan) e José Jesus Trabulo (Feebnn); (b) sentados: Cristianne Linhares (Assessora, PRT-7), Will Pereira (CUT), Raimundo Nonato (Força Sindical) e Luciano Simplicio (CTB). Mar/2016.

Camargo, com quem muito aprendi sobre sindicalismo.

À frente da CONALIS, viajei a quase todos os Estados da Federação, conheci muita gente do movimento sindical, visitei várias entidades. Também conheci o trabalho feito pelos colegas de MPT em várias Procuradorias Regionais do Trabalho, sobre quem o movimento sindical se dividia entre, de um lado, vislumbrar certos arroubos e incompreensão, e, de outro lado, ver nos Procuradores grandes parceiros na defesa dos direitos trabalhistas. Cabe registrar que as opiniões emanadas dos Procuradores também não eram uniformes a propósito dos vícios encontrados em certas práticas sindicais e da sua combatividade.

Bom, tive muita proximidade com o movimento sindical, cearense e nacional. Uma experiência gratificante e rica. Fiz amizades. E inimizades também. São consequências do ofício.

O presente artigo é destinado a demonstrar **algumas experiências positivas** que constatei nas visitas que fiz, nos congressos, seminários e eventos de que participei.

Obviamente, estas são impressões que extraí na informalidade, sem que prejudiquem as constatações que outros colegas possam ter obtido por meio de investigações e ações judiciais. Também, fica grafado que, a par das experiências

positivas, deparei-me com práticas condenáveis por certos sindicalistas, alguns por desconhecimento, outros por razões diversas. Achei importante destacar a **importância do diálogo e da aproximação do MPT com o movimento sindical**, a partir das experiências concretas e práticas positivas que vivenciei e vivencio. Bem ainda, o reconhecimento de que há, sim, **boas práticas sindicais neste país**.

Seguem, então, a impressão que logrei dessas andanças que fiz, sem ordem cronológica, com ênfase no período de 2013 a 2016, e de caráter apenas exemplificativo, não esgotativo, porque outros relatos podem muito bem ser acrescentados oportunamente.

2. TESTEMUNHO, POR DESTAQUE:

De início, fui recebido com muita desconfiança pelo movimento sindical e seus setores jurídicos. Acatar um membro do MPT próximo à entidade sindical soava como trazer um lobo para dentro do galinheiro. A preocupação maior girava em torno da *contribuição assistencial*, tema do qual procurei me esquivar, num primeiro momento, para assegurar a aproximação sem entrar em rota de colisão com uma forte e nitidamente majoritária vertente do MPT, que condenava a contribuição assistencial dos não-filiados.

No Ceará, a CONLUTAS/CE (através do SINTRO e do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil leve, por meio do Valdir Pereira) e o SINTEPAV/CE (da Força Sindical/CE, presidida pelo Raimundo Nonato) me ensinaram muito sobre o direito de greve. Vi de perto a resistência e a luta dos sindicalistas em defender a categoria, o enfrentamento da polícia, a prisão de sindicalistas, as multas que lhes foram aplicadas em

valores altíssimos *inaudita altera parte*, o desafio de manter a categoria unida e firme, em meio a custos elevados e à incompreensão da sociedade. A UGT/CE, por meio do Sr. Agenor Lopes, incutiu em mim a importância da negociação mais pacífica, com os sindicatos cumprindo função de articuladores entre o capital e o trabalho. Antevi-me perante a CUT/CE, com suas diversas faces (ou *correntes*), discutindo questões

relevantes no pensamento e organização sindicais; a Joana D'Arc e, depois, o Will Pereira deram uma nova visão às relações entre a Central e o MPT. Somente algum tempo depois tive contato com a Nova Central/CE e a

CTB/CE. Vi a importância e o desprendimento que a CTB dá às eleições sindicais, destacando-se a figura do seu presidente Sr. Luciano Simplício, detentor de grande credibilidade por este autor.

Não é possível deixar de mencionar o papel de importantes **advogados** sindicalistas no Ceará, que ajudaram (e ainda ajudam) a promover esta aproximação entre o MPT e o movimento sindical, valendo citar como exemplos os Drs. Carlos Chagas, Hélio Moreira, Kenedy Lima, Clóvis Renato, Thiago Azevedo, Ítalo Bezerra etc. Foram estes advogados que, inspirando-se nas reuniões do **GRUPE-Grupo de Estudos e Defesa do Direito do Trabalho e do Processo Trabalhista**, da Universidade Federal do Ceará, empenharam-se em criar, na OAB-CE, a Comissão de Direito Sindical, uma das primeiras do país, neste campo jurídico. No GRUPE, a ponderação da então mestrandia Regina Sonia mostrou que os estudos sobre o sindicalismo era uma necessidade real na Academia.

Na ambiência nacional, tiveram grande influência nas minhas perspectivas de Direito Sindical, entre outros, os **advogados** Ericson Crivelli, Mauro Menezes, Raimundo Simão e João Pedro Ferraz dos Passos. Todos de pensamentos diferentes, mas cada um com uma preocupação nítida do movimento sindical e com várias sugestões a respeito do aprimoramento das liberdades sindicais. Foram ponderações que despertaram meus olhos para compreender no que consistiriam as faculdades, liberdades e direitos sindicais.

No Ceará, fora criado, em outubro/2010, o **FCSEC-Forum das Centrais Sindicais no Estado do Ceará**, composto pela Força Sindical, NCST, UGT, CTB e CSP-Conlutas. Outras entidades, mesmo não sendo formalmente



Reunião na sede da Força Sindical/CE, em fev/2016: UGT, Força Sindical, CTB, CSB, MPT e Advogado.

membros (como a CUT/CE) participaram de algumas reuniões, mostrando-se simpáticas à causa. Conforme seu ato constitutivo, o FCSEC *“objetiva discutir desafios meta-sindicais ou de interesse comum dos seus membros e traçar políticas de enfrentamento dos problemas de média ou grandes dimensões, de maneira uniforme e fortalecida, no âmbito do Estado do Ceará, preservando, todavia, no mais, a individualidade ideológica e de concepção de política sindical. Reconhecem as entidades subscritoras a necessidade de atuação conjunta, para a proteção dos trabalhadores e do movimento sindical cearense, considerando os desafios que possam ultrapassar a esfera de representatividade de um ou mais sindicatos ou federações especialmente se eles forem filiados a Centrais diferentes.”* O MPT/CE, que participou de todas as discussões sobre sua fundação, tem assento nas reuniões do Forum, o que tem rendido grandes frutos em questões como projetos de defesa dos trabalhadores, articulação em defesa do Ministério do Trabalho, combate a Projetos de Lei desastrosos (terceirização, negociado sobre o legislado...), processos eleitorais, eventos em geral, disputas sindicais, representatividade, políticas trabalhistas locais (ex.: piso salarial regional), parcerias diversas etc.

No âmbito nacional, uma das primeiras Centrais que visitei foi a **UGT**, cujo Presidente (Ricardo Patah) abriu os braços a uma comissão de Procuradores: o PGT e alguns membros da CONALIS, entre os quais eu. A UGT sempre se mostrou receptiva ao MPT, dispendo-se a ser parceira e a colaborar, sem fazer nenhum condicionamento. No seu 3º Congresso Nacional Ordinário (16 a 18 de junho de 2015), a UGT se acostou à sugestão (informal) do MPT/CONALIS da necessidade de se estabelecer, nacionalmente, uma condensação de princípios e de boas práticas a orientar os sindicatos a ela filiados. A



UGT foi pioneira em abrir espaço à participação do MPT/CONALIS nas reuniões de sua Executiva nacional. Também, foi a primeira Central a ser convidada a participar da reunião do colegiado da CONALIS (2013.1), oportunidade em que se apresentou e travou diálogo com os Procuradores, ouvindo, explicando e respondendo às várias indagações que então lhe foram dirigidas. Grande mérito da UGT, ainda, além de outros aspectos, é que a Central não possui orientação partidária específica: de ideologia democrática e plural, a entidade possui no seu seio as mais diversas tendências e opções políticas dos sindicalistas. Outro destaque é o IAE-Instituto de Altos Estudos da UGT, que apresenta textos profundos e de elevada discussão sobre temas nacionais, como os custos da democracia, as perspectivas para 2016, desequilíbrio fiscal e crise (econômica e política) etc.

Por sinal, Ricardo Patah era (e ainda é), também, Presidente do **Sindicato dos Comerciantes de São Paulo (SECSP)**, cuja sede tive a satisfação de conhecer. Um prédio enorme, de mais de 15 andares, muito bem estruturado, com boas salas para atendimento da categoria, um setor adequado para as homologações de rescisão contratual, uma sala grande para o apoio jurídico (e outra sala para as questões coletivas... Que inveja!). Nada muito luxuoso, mas muito bem zelado e dividido, com espaços otimizados. E ainda tinha outro edifício, de porte similar, no qual se davam os atendimentos médicos e odontológicos de toda a categoria, a trabalhadores associados ou não. Com laboratório interno completo, para exames médicos, e atendimento à gestante, inclusive o pré-natal! O ambulatório da entidade era um dos mais renomados de São Paulo, o Fleury, à disposição dos trabalhadores, dentro do Sindicato, em prédio situado na Vila Mariana. Com essa estrutura gigantesca, a entidade ainda dispunha de transporte (vans) que faziam o percurso de algumas estações do metrô para o laboratório. O Sindicato empregava mais de 600 trabalhadores em seus quadros, quando o visitei (2014). Dos que testemunhei, eram boas as condições de trabalho e não aparentavam nenhuma insatisfação. Os instrumentos coletivos de trabalho eram frequentes e apresentavam vantagens aos trabalhadores, apesar da dura realidade no setor, onde o índice de rotatividade é enorme. Vi que, de fato, o Sindicato desempenhava grande atividade e realizava negociações constantes. No site, encontra-se disponível o estatuto da entidade, o qual regula de forma minuciosa o processo eleitoral para a Diretoria, cujo mandato é de 04 anos, e espaço para sugestões pelos trabalhadores, chamado de “jovem comerciante”.



Não posso deixar de mencionar uma das mais ponderadas pessoas que conheci na UGT: Canindé Pegado, presidente da **CONTCOP**-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade, ex-Ministro classista do TST. Sempre com uma sugestão conciliatória e sem expor a quem quer que seja, procurando o melhor para todos, atraiu-me para refletir sobre a melhor forma de conduzir a política sindical, sem agressões nem desrespeito a ninguém. O site da entidade estampa seu estatuto, que prevê mandato de 04 anos aos Diretores.

Ainda na UGT, conheci o “Chiquinho”, presidente do **Sindicato dos Padeiros de São Paulo**. Além da sua verve de orador, Chiquinho se destaca por ser incansável empreendedor. O Sindicato possui 05 sedes, todas bem estruturadas, em boas condições de atendimento à categoria, e uma colônia de férias. A funcionária Vera é espetacular! Simpática, gentil e muito solícita. Vale destacar que o Sindicato oferece cursos de capacitação de padeiros, doceiros, além de aulas de línguas, como

português, inglês e espanhol etc. Tem até uma padaria-escola para esta finalidade, o que facilita a aprendizagem e capacitação dos trabalhadores. Isso tudo acompanhado dos serviços assistenciais de saúde (atendimento médico e odontológico), de homologação dos TRCT e outras atribuições administrativas. A entidade possui 12 consultórios dentários, com 30 odontólogos em áreas diversas, além de 01 clínico geral, 01 pediatra e 01 ginecologista. A CCT prevê planos de saúde, em convênio com as empresas, alguns com cobertura integral pelos patrões e, outros, de forma parcial.



Em Brasília, chamou-me atenção, especialmente, a **Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio**

(CNTC), capitaneada por Levi Fernandes. O edifício-sede, na Capital Federal, é muito bonito, com vários auditórios, espaços grandes, várias salas, estrutura magnífica, restaurantes internos, ótimas condições aos empregados da entidade, arquitetura fiel ao legado de Niemeyer. Muitos eventos são realizados ali, inclusive de grande envergadura nas estruturas do Poder Público. Fundada em 1946, a CNTC tem 35 Federações filiadas e 830 sindicatos vinculados, representando 12 milhões de trabalhadores, o que a torna a maior Confederação do país, alcançando, também, o setor de serviços. A seriedade da Confederação logo fez nascer o interesse em trabalharmos em parceria, na elaboração de *regras nacionais de boas práticas sindicais*, opinião compartilhada com Levi, Vicente (primeiro Vice-Presidente da entidade), Lourival e outros diretores,. De quebra, realizamos Audiência Pública promovida pelo MPT, com o apoio da CONALIS, em setembro/2015, sobre o processo de registro sindical no MTE, mediante a ativa colaboração do Sr. Lourival Figueiredo (Secretário Geral da Confederação). A CNTC concedeu ao MPT, na Audiência Pública, um tratamento invejável, disponibilizando o que fosse necessário em sua estrutura. Em outubro/2015, a CNTC compareceu à reunião nacional da CONALIS, expondo o pensamento da entidade sobre a organização sindical brasileira, o cenário de crise econômica e a necessidade de maior aproximação do MPT ao movimento sindical, como parceiros na defesa dos trabalhadores. Algo digno de registro e exaltação, com um nível de discussão altamente responsável, maduro e aprofundado.



Já na **Força Sindical**, o contato inicial se deu com Miguel Torres, que substituiu interinamente o Paulinho, com quem mantive a primeira aproximação na desafiadora eleição dos trabalhadores rodoviários de São Paulo, em 2013. Presidente da

Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e do sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Miguel sempre apresentou um ar sereno, mas firme em suas convicções e preocupado com a luta sindical no país. Tinha sobre seus ombros, dentre outros desafios, a responsabilidade de combater a postura do MPT sobre contribuição assistencial, árdua tarefa exigida pelas entidades filiadas à Força Sindical. Mesmo assim, nunca foi descortês comigo, então coordenador da CONALIS, e sempre esteve aberto à discussão sobre matéria sindical. À frente da então segunda maior Central Sindical do país, num difícil momento político, social e econômico, Miguel mostrava preocupação com temas fundamentais do Direito do Trabalho, procurando contribuir para soluções equilibradas, sem extremismos. A Força Sindical esteve na reunião da CONALIS (2013.2), quando salientou *“a necessidade de um diálogo permanente entre as Centrais Sindicais e o MPT, de forma a se avançar nas discussões dos temas de interesse dos trabalhadores.”*

O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), cujo presidente é Sérgio Butka, publica o Estatuto no site, possui uma sede e outras 04 sedes, apresentando memorial, desde a Liga Internacional dos Fundidores do Paraná (1922) e galeria dos ex-presidentes, o que resgata a memória dos dirigentes sindicais que ali passaram. A entidade oferece palestras e cursos *on line*, acessíveis aos internautas, com informações sobre prazo e condições para homologações de rescisão de contratos individuais de trabalho, com o esclarecimento de que este serviço é gratuito. A entidade desempenha, ainda, programas sociais junto à comunidade, integrando campanhas públicas provenientes do Poder Público. O mesmo site informa os convênios que o Sindicato possui e os horários de atendimento da assessoria jurídica e telefones para os trabalhadores denunciarem empresas, com resguardo do sigilo da fonte.



Na Nova Central (**NCST**) a aproximação com seu Presidente se deu por intermédio da Dra. Zilmara Alencar, advogada de origem cearense (tinha de ser, claro!), consultora sindical de grande prestígio nacional. Calixto Ramos, ex-Ministro do TST, também Presidente da CNTI-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, traz no rosto o semblante dos grandes líderes — logo se percebe. Quando fala, normalmente sem elevar a voz, todos os sindicalistas param para escutá-lo. Aliás, não são apenas os sindicalistas. O sentimento de respeito é muito grande. Notei que, ao fundo, suas ideias se aproximam das concepções do MPT, na pretensão por um sindicalismo melhor, mais representativo, mais

democrático e transparente. Nesta comunhão de interesses, Calixto logo expressou ser favorável a que as entidades sindicais do Brasil adotem regras próprias, gerais, que reflitam as boas práticas do sindicalismo, o que promoverá um processo progressivo de depuração de determinados vícios, como os mandatos extravagantes e as assembleias realizadas sem publicidade alguma. A Nova Central possui um Programa Nacional de Educação Sindical, dentro da qual se situará o Portal do Conhecimento, para viabilizar a troca *on line* de experiências e soluções de problemas enfrentados em várias regiões do País, conforme informações do Diretor da Escola, Sebastião Soares.

Ainda referente à Nova Central, ouvi falar, por diversas vezes, do hotel-escola mantido pelo **SINTHORESP** (Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Apart-Hotéis, Motéis, Flats, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e Similares de São Paulo e Região), o que me despertou grande curiosidade. Em fevereiro/2016, fiquei hospedado no hotel (o *Leques Brasil Hotel Escola*, situado na Liberdade, em São Paulo) e aproveitei para conversar com os alunos e instrutores da escola-hotelaria. Ali, há vários cursos, como os de governanta, garçom, camareira, *bartender*, línguas etc, todos *gratuitos*. Visitei as instalações e constatei que as aulas são práticas, pois os alunos estão inseridos no próprio laboratório, que é o hotel. A qualidade dos serviços é espetacular. Conversei longamente com o Presidente do Sindicato, Francisco Calazans, e com o gerente do Hotel, Rubens, de quem obtive a informação de que os cursos são oferecidos continuamente e acolhem, também, os interessados em se reciclar. Na oportunidade, o hotel estava passando por uma reforma, visando à expansão, cujos trabalhadores (pedreiros, marceneiros, ajudantes) são *empregados* da entidade. Detalhe: o sindicato não possui trabalhadores terceirizados, todos são seus empregados, dos quais se destacam mais de 600 empregados com CTPS assinada e 77 estagiários, distribuídos em 05 unidades prediais. A entidade tem um site eletrônico bem estruturado e conta com serviço 0800 para receber denúncias dos trabalhadores. Considerei estas boas práticas sindicais.



Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

O contato com a **CTB** ocorreu, praticamente, por meio de eventos (congressos e seminários). Achei interessante a preocupação da Central em capacitar seus sindicalistas, destinando verba anual específica para esta finalidade. Em um desses eventos, conheci o advogado Dr. Magnus Henrique Farkatt, cuja

concepção de política sindical mostrou-se impressionante.



A aproximação com a **CUT**, a maior central do país, não foi grande, mas conheci pessoas memoráveis, entre cutistas e ex-cutistas, como o Valeir Ertle, a Graça Costa (outra cearense!) e o Messias Nascimento (então Secretário de Relações do Trabalho, do MTE). Uma coisa que sempre me impressionou na CUT foi a preocupação e o empenho da central em formar seus membros, investindo também nos jovens sindicalistas, além da organização administrativa exemplar. É, a CUT é muito organizada e estruturada. Já que não consigo (nem quero) me desfazer da veia acadêmica (sou professor há quase 30 anos) considero a formação humana e social, entenda-se a *formação sindical de qualidade*, um dos maiores e mais efetivos investimentos que o movimento sindical pode fazer em prol de si mesmo. Sem dúvida, esta é uma boa prática sindical.



Quando eu estava contaminado pela *ojeriza universitária ao movimento sindical*, fui abordado pela **CSP-Conlutas** no Ceará, que me mostrou a padecência do movimento sindical e me aproximou das demais Centrais. Acho que a admiração pelo trabalho desenvolvido pela Conlutas cresceu quando conheci, numa disputa jurídica envolvendo acirradas eleições sindicais na categoria dos motoristas e cobradores em transporte urbano de passageiros de Fortaleza, a aguerrida advogada Dra. Eliana Ferreira, de São Paulo (2008-2009). Era a união da técnica com a militância. E logo cheguei aos nomes nacionais de Zé Maria e Atenágoras. A concepção da CSP-Conlutas de organização da sociedade para se alcançar a dignidade humana e a justiça social, desafio que ultrapassa os limites do sindicalismo, é fenomenal. Nisto, a filosofia da entidade comunga em muitos pontos com o entendimento do MPT: a Central, ainda sem obter aferição positiva pelo MTE, é favorável à ratificação da Convenção 87-OIT, é contrária ao imposto sindical, contrapõe-se à unicidade sindical, prima pelo sindicalismo de base (de alta representatividade) e acha que o *sindicalismo de resultados* não é suficiente para a defesa real, efetiva e permanente da classe trabalhadora.



Nas visitas que fiz às Centrais Sindicais, lembro-me da mais recente aferida, a **CSB-Central dos Sindicatos**

Brasileiros, cujo meticuloso Presidente é Antonio Neto, dirigente no SINDPD/SP e que possui uma fascinante liderança sobre os sindicalistas filiados à entidade. Responsável pela realização de congressos extremamente organizados e de alta qualidade, a CSB vem investindo pesado na formação e conscientização dos sindicalistas, o que renderá um futuro promissor de líderes sindicais. No Congresso realizado em fevereiro/2016, a Central aprovou a contratação de empresa contábil, para realizar a auditoria periódica das contas da entidade, o que proporciona a transparência financeira da diretoria.

Particpei de um evento promovido no âmbito de sindicatos da CSB e vi os sistemas eletrônicos que o **SINDPD/SP** disponibiliza à categoria: estatuto da entidade publicado e disponível no site, com ficha de inscrição fácil, informações (reservadas) da vida funcional dos filiados — que podem consultar de maneira simples —, projeções salariais das negociações coletivas, acesso dos filiados — *on line* — às contas do sindicato, informações permanentes pela direção da entidade etc. O nível de informação é tão detalhado que permite a cada filiado acompanhar, em tempo real, todo seu histórico no Sindicato, se está ou não em dia com as contribuições sindicais, o tempo de filiação e se atende às condições estatutárias para votar e ser votado. Isso sem falar no acesso *on line* às Atas das Assembleias e aos instrumentos coletivos de trabalho. Com toda esta informatização, até o processo eleitoral recebe tratamento eletrônico. Os filiados possuem senha que permite um grau maior de acesso às informações e de participação na vida do Sindicato.



Na categoria empresarial nacional, meu contato maior foi com o competente advogado Cristiano Zaranza, da **CNA-Confederação Nacional da Agricultura**, que explicou o funcionamento da entidade. E um ponto que me chamou a atenção foi a autoavaliação que a Confederação faz periodicamente, com indicadores e consulta à categoria no sentido de colher informações como o grau de representatividade, sugestões, receptividade de sua atuação etc. Este procedimento se dá após os esforços que a entidade faz na qualificação de seus sindicalizados, o que ocorre nos campos de gestão sindical, política, economia etc. A capacitação é programa permanente da Confederação, cujos cursos são oferecidos gratuitamente.

Outras entidades poderiam ser citadas, mas fica, quem sabe, para outra ocasião. É bastante nominar que o **Sindicato dos Policiais Federais no Ceará** adotava a boa prática de disponibilizar em seu site, mensalmente, a prestação de contas, resumida, da Diretoria; para maiores detalhes, os filiados poderiam solicitar informações diretamente aos diretores. Link chamado “prestação de contas”. O **Sindicato dos**



Vigilantes do Estado do Ceará (SINDVIGILANTES/CE) tem por prática gravar (filmar) suas assembleias, sem prejuízo da elaboração das Atas, o que demonstra grande transparência nas discussões realizadas pela diretoria; algumas destas gravações vi disponibilizadas no site da entidade. O **SINDVALORES/CE** é rigoroso com a realização de assembleias democráticas, e as decisões do sindicato são tomadas fielmente de acordo com as decisões assembleares; os diretores visitam a base com grande frequência, mantendo um vínculo permanente e proveitoso.



Deparei-me com sindicatos que adotam políticas reais de incentivo à filiação, oferecendo, inclusive, serviços assistenciais a não-filiados, sem nenhuma discriminação. Outros, colaboram nas mensalidades de cursos de Graduação e Pós-Graduação de seus diretores, o que é bom para a qualificação sindical. Determinadas entidades custeiam a remuneração de seus Diretores, de modo a evitar que o empregador pague os salários dos licenciados — com isso, alcançam uma autonomia e independência muito maior. Há, ainda, entidades que possuem políticas de aproximação com as autoridades do Trabalho (MPT, Justiça do Trabalho e Ministério do Trabalho), fomentando as parcerias, ao invés das discórdias resultantes do embate sobre o custeio sindical. Estive numa entidade do sul do país que promovia cursos profissionais em parceria com as empresas, com a absorção dos alunos no mercado, ao final desses cursos, aprimorando a empregabilidade.

3. EXPERIÊNCIA PRÓPRIA:

A proximidade com o movimento sindical me fez aprender muito, compreender a pequenez do MPT para defender tantos trabalhadores, os limites que a Instituição possui na reivindicação e criação de novos direitos, a vasta possibilidade de atuação conjunta. Percebi que o sindicalismo também precisa do MPT, porque há certas medidas, investigações e poderes que só o *Parquet* possui. Ou seja, MPT e sindicalismo se complementam na defesa dos trabalhadores. Mais do que isso, compreendi que o MPT tem um relevante papel social junto à economia, na melhor articulação com entre o capital e o trabalho. É possível, sim, estar

próximo das forças responsáveis pela justiça social e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Com este aprendizado, estive no centro de muitas greves, realizando mediações e as acompanhando nas ruas. Fui a delegacias de polícia acompanhar pessoalmente depoimento de grevistas presos e conversar com as autoridades policiais em Inquéritos. E resolvi muitos problemas sindicais com a ajuda e colaboração de meus colegas de MPT. Muitas vezes, eu é que fui o colaborador de colegas de outras Regiões.

Vi, também, que as conversas informais eram muito mais proveitosas do que a instauração de procedimentos e a promoção de ações judiciais para discutir certas questões, especialmente no campo do Direito Coletivo do Trabalho. O proveito que o diálogo proporciona é muito mais eficaz e menos estressante, com resultados rápidos e a sensação de dever cumprido.

Apreendi que, graças à aproximação com o movimento sindical, torna-se mais fácil realizar as mediações e conversar abertamente, dentro de uma ambiência de seriedade e compreensão melhor dos conflitos. O Ceará possui o maior índice de mediações de sucesso do país, no MPT, com uma demanda crescente, o que significa confiança nos mediadores da Procuradoria. É importante conhecer os atores de qualquer conflito, especialmente no âmbito coletivo.

Isso tudo enseja o nascimento de muitas parcerias, quer nos projetos nacionais das coordenadorias temáticas do MPT, quer nos debates, congressos e discussões. A barreira que separa o sindicalismo do MPT se torna dialogada, com limites aceitáveis mutuamente. Na realização de eleições sindicais, torna-se mais fácil constituir as Comissões Eleitorais e, no extremo, até as Juntas Governativas.

Nem tudo são flores, porém. É que esta proximidade entre o MPT e o sindicalismo desagrade a determinados interesses, especialmente às pessoas que ganham com a cisão, com o conflito, e as que não têm real compromisso com o movimento sindical em si. Aliás, não entendo o sindicalismo como um fim em si mesmo, senão como forma organizada de atuação em defesa dos interesses dos trabalhadores. Em Direito, isto se chama **função**, que é atribuição em favor de outrem.

É lógico, também, que a aproximação e as parcerias feitas com o sindicalismo não servem de blindagem para encobrir coisas erradas, ilícitas. Estes deslizes podem muito bem ser objeto de diálogos específicos, com metodologia dialética para sanar as irregularidades, canais estes que, se fracassados, podem sugerir procedimentos mais rigorosos e punições firmes, senão ações judiciais, como, de fato, possuímos no Ceará.

4. CONCLUSÕES:

Enfim, a meu ver é possível estabelecer algumas boas práticas sindicais existentes e realizadas de fato, como as colhidas nos exemplos trazidos neste artigo, sem prejuízo de muitas outras que existem no meio sindical. Citam-se algumas, acima mencionadas:

- a) Publicação do estatuto sindical no site da entidade, permitindo ampla consulta pela categoria;
- b) Publicação das contas do sindicato no site, propiciando transparência na gestão dos recursos;
- c) Cadastro eletrônico dos filiados, com informações amplas sobre instrumentos coletivos e assuntos trabalhistas, inclusive divulgação de regras e vantagens da filiação;
- d) Oferecimento de serviços laboratoriais, médicos e odontológicos à categoria, enfaticamente aos filiados, bem ainda estrutura e atividades para o lazer dos integrantes da categoria;
- e) Capacitação dos sindicalistas;
- f) Política de incentivo à filiação;
- g) Capacitação profissional dos membros da categoria, preparando-os para o mercado de trabalho;
- h) Minimização de trabalho terceirizado nas atividades sindicais;
- i) Autocrítica sindical, com mecanismos periódicos de consulta à categoria, para averiguar sua opinião e mapear o anseio dos representados.

O contato primeiro do MPT com o movimento sindical deveria ser com o lado bom e com as boas práticas existentes no meio sindical, ao invés de se dar nos inquéritos, nas denúncias de vícios horripilantes que maculam o sindicalismo. Se as coisas acontecessem assim, acredito que a imagem formada sobre o sindicalismo seria outra, e a compreensão do papel e da realidade que as entidades sindicais enfrentam dariam margem a uma maior aproximação institucional.

Quem sabe esta aproximação e troca de informações, com práticas dialogais e verificação de experiências positivas, poderia até dar margem à criação de um “selo de qualidade sindical”, emanado da avaliação constante do MPT e da organização sindical, conjuntamente.

Bom, o que aqui destaquei são algumas das boas práticas que vi e presenciei no movimento sindical brasileiro, sem me prender à vinculação ideológica de nenhuma entidade. Gostaria de conhecer de perto mais entidades e suas diretorias, longe dos inquéritos e das

denúncias que chegam ao MPT. De todo modo, da amostragem que colhi, dá para perceber que existem, sim, boas práticas no movimento sindical, que poderiam ser replicadas, incentivadas e reconhecidas.

É este o meu testemunho.